

# Reuniões extraordinárias aceleram projetos nas comissões

**Assunto:**

AD REFERENDUM



Em tarde movimentada nesta terça-feira (17/12), vereadores realizaram uma série de reuniões extraordinárias nas comissões de mérito, em que apreciaram dezenas de projetos em 1º e 2º turnos. Os debates do dia aconteceram em reuniões das comissões de Legislação e Justiça; de Meio Ambiente e Política Urbana; de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário; de Orçamento e Finanças Públicas e de Administração Pública. Entre os projetos apreciados, está o PL 689/13, de autoria do vereador Delegado Edson Moreira (PTN), que isenta as empresas de transporte público do pagamento da taxa de Custo de Gerenciamento Operacional, devida ao Município. De autoria do Executivo, o PL 876/13, que trata da regularização e destinação de imóveis públicos, também passou pelas comissões e está concluso em 2º turno para apreciação em plenário. O projeto está na lista de convocação para as plenárias extraordinárias dos dias 18 a 24 de dezembro e pode ser incluído na pauta da próxima quinta-feira (19). Outros 25 projetos foram apreciados pelas comissões e receberam pareceres favoráveis.

O projeto de lei 689/13 proíbe a Prefeitura de cobrar das empresas de transporte a taxa referente ao Custo de Gerenciamento Operacional. Correspondendo a 2% do valor da tarifa cobrada do usuário, o CGO é uma tarifa repassada pelas empresas de transporte à BHTrans para custear as atividades de gerenciamento de fiscalização. Após manifestações populares nos meses de junho e julho deste ano, a Prefeitura já havia aplicado a isenção do tributo a fim de reduzir o preço final da passagem em R\$ 0,05, mas a medida não tem valor definitivo.

As duas emendas aprovadas nesta terça-feira (17/12), de autoria dos vereadores Coronel Piccinini (PSB) e Edson Moreira - Emenda 1 - e do vereador Gilson Reis (PC do B) ? emenda 2 - determinam que a isenção da taxa deve ser exclusivamente aplicada no preço da passagem. A proposta de Gilson Reis prevê ainda que seja determinada uma publicidade mensal da planilha de custo das empresas de ônibus, reivindicação apresentada pelos manifestantes das jornadas de julho.

### **Imóveis públicos**

Também em 2º turno, foi apreciado nas comissões o PL 876/13, de autoria do Executivo, que trata da regularização e destinação de imóveis públicos. O projeto prevê concessão e venda de imóveis ocupados por moradores há mais de cinco anos, assim como a desocupação e alienação de terrenos que sejam de interesse público para projetos de urbanização e preservação ambiental. ?O problema é que o projeto trata da mesma forma a população de baixa renda, que precisa do imóvel ocupado para morar, e os grandes empresários, que se apropriarem indevidamente de terrenos municipais e agora serão beneficiados?, alertou o vereador Gilson Reis (PCdoB).

### **Confira a relação dos projetos apreciados em cada comissão**

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Comissão de Administração Pública

Comissão de Legislação e Justiça

Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

### **Data publicação:**

Terça-Feira, 17 Dezembro, 2013 - 00:00

---